

OS OFÍCIOS DO COMÉRCIO

NOTÍCIA DO «DICIONÁRIO PRÁTICO DO COMÉRCIO» (1917)

DE RAÚL DÓRIA

JOSÉ ANTÓNIO AFONSO
(Universidade do Minho)

Nos idos anos 40 um ex-aluno, da Escola Prática Comercial Raúl Dória, escreveu de Lourenço Marques: «Fui aluno d'essa Escola no período do ano de 1911 a 1914, onde conclui o curso de guarda-livros. Presentemente encontro-me nesta Colonia, onde já tenho a minha residência fixada há vinte e oito anos. Para efeito de novas disposições estabelecidas pelo Sindicato dos Empregados de Comércio e Industria, da Colonia, tenho de apresentar o meu diploma de guarda-livros. Nessa conformidade rogo a V. E.^{xa} o favor de emitir um novo diploma, visto que, o que recebi no fim do curso, perdi-o¹».

No *Álbum. Bodas de Prata do Director da Escola Comercial Raul Dória e José Campos Vaz – 1 de Abril de 1913 – 1 de Abril de 1938*², o professor Oliveira Cabral em *Ad multos annos* escreve: «Ó Escola dá-nos almas bem formadas/para o Bem, para o Trabalho, p'ra Virtude./Dá-nos tu gerações novas, esforçadas;/ninguém pode ser feliz sem ter saúde». O poema termina com um depoimento: «Posso afirmá-lo, porque tenho o *saber de experiência feito* [sublinhado no original], saber adquirido em 10 anos de observação atenta à forma como têm sido educadas as gerações que passam pelo estabelecimento de ensino que Raúl Dória fundou e Campos Vaz continuou e firmou um trabalho incessante, revelador de tenacidade pouco vulgar em Portugal».

A figura de Henrique B. Loureiro é a segunda de uma galeria de ilustres contabilistas que nas páginas de *O Guarda-Livros* Raúl Dória quiz homenagear, a legenda que enquadra a fotografia diz: «Perito no Tribunal Comercial de Lisboa (Carta de Curso Superior de Comércio e fez exame na Escola Raúl Dória em 20 de Janeiro de 1906)»³.

A galeria começou com a biografia do tutelar Ricardo de Sá⁴. Em 3 de Dezembro de 1905, uma comissão formada por João Rodrigues, Ricardo Torres, Joaquim António d'Oliveira Junior e António Martins d'Oliveira, ofereceu (durante o banquete em homenagem a Raúl Dória) uma *Mensagem* onde claramente se afirma que o Porto [denominado, pelos autores, como a «Manchester Portuguesa»] «precisava, para o trafego dos negocios que derivam da sua industria, de um pessoal enorme: a utilissima classe dos empregados do commercio».

Mais à frente enfatizam: «o número d'esses empregados é superior a cinco mil, a maioria dos quaes tem uma instrução muito resumida, mercê de circunstâncias especiais, de todos bem conhecidas todo esse exército de trabalhadores tem direito a adquirir instrução que lhes falta, na ancia sempre crescente que tem a alma humana de caminhar mais, de avançar mais, de saber mais.

Direito divino, direito sacrosanto, direito sublime que não pôde, que não deve entaves! Infelizmente, porém havia a quase impossibilidade de cada um realizar esse desejo; poucos conseguiram adquirir novos conhecimentos, porque lhes faltava quem lhes ministrasse o saber em horas compatíveis com as suas obrigações profissionais»⁵.

As ilustrações permitem evidenciar que uma Escola que foi criada (no Porto) teve como personagem germinal Raúl Dória, mas permitem, ainda, revelar que

esse espaço foi estruturante na valorização de competências técnicas e catalizador de qualidades éticas, que se afiguram como propriedades específicas dos lugares de trabalho emergentes, mas, também, como recursos indispensáveis para a reconversão dos antigos ofícios.

Partindo, então, das ilustrações poder-se-ão configurar as dimensões do projecto educacional nascido por volta de 1900 e que representou durante décadas uma alternativa de formação onde o trabalho escolar se encontrava subordinado ao progresso económico, via o primado de uma sistematização de procedimentos técnicos (e científicos) das práticas do comércio (e dos serviços) e da inclusão de uma lógica da honra que funcionaria como o recurso simbólico da dignificação profissional – do *caixeirismo* e do *negociante*.

Ou seja, a divisão social do trabalho técnico exige dimensões técnicas e rituais que se não forem cumpridos (em sede escolar) inviabilizam qualquer tentativa de modernização: «D'ahi o plano inferior em que está em toda a parte quasi, sob o ponto de vista intellectual, a sociedade dos commerciantes. A verdade, porém, é que a sua posição real é muito outra. As mais extensas noções que vão dos conhecimentos elementares, do calculo à noção de direito civil e commercial, das materias essenciaes à industria, dos principios indispensaveis da chimica e da propria mecanica, etc., são absolutamente necessarias à educação commercial»⁶.

Face aos contextos de mudança a visibilidade do quadro comercial é um objectivo estratégico⁷ e em especial na transição do sistema de ofício para o sistema fabril (nos subsistemas técnico, económico, organizacional, profissional e movimento social⁸) Raúl Dória procurou como empresário/administrador, professor, pedagogo e didacta criar (e conceber) um espaço educativo com o máximo de qualidade de forma que a oferta (na conjuntura de grande indefinição do sistema escolar⁹) fosse aliciante (mas eficaz na correspondência com os diversos mercados de trabalho) configurando alternativas à lição magistral¹⁰ e aos absurdos (e excessivos) tempos de aprendizagem que estavam disponíveis no campo educativo¹¹.

Recorde-se, então, aquilo que estava a ser revolucionado e inserindo as respostas que a Escola Prático Comercial configurou. Nas páginas de *A Voz Pública* de 3 de Outubro de 1905 surge a seguinte notícia:

«Não é preciso recorrer às estantes dos arquivos, nem ir perturbar a solidão habitual das bibliothecas, para saber como rapido se operou o nosso desenvolvimento commercial, tão visivel que chegou a transformar o aspecto material da nossa terra, sobretudo na zona em que a um grande movimento corresponde um numero consideravel de estabelecimentos.

Por isso, basta recordar o Porto de ha cincoenta annos, esse Porto onde toda a actividade commercial se concentrava na rua das Flores e ia até aos Clérigos, a única zona que apresentava para os de fóra um traço caracteristico saliente da nossa energia e acção, em lojistas de palmo de que hoje ainda ahí vêmos rarissimos exemplares e onde então a vida acanhada da nossa terra encontrava a satisfação de todas as suas exigencias.

Mais tarde, a vinda de novas necessidades, que deu como uma feição nova e mais ampla aos nossos costumes, operou rapidamente o alargamento da vida comum, tornada mais dispendiosa pelas novas exigencias da época. (...)

E, rapidamente, as pequenas lojas desaparecendo, para darem lugar a estabelecimentos luxuosos onde as vitrines caras, d'alto a baixo vestidas de sedas ricas, foram dar um aspecto novo à cidade, e levantar o estímulo para novos empreendimentos.

Com o desenvolvimento do nosso commercio, cresceram tambem, naturalmente as necessidades internas dos estabelecimentos, onde começou a tornar-se difficil a gerencia sem um pessoal cujos conhecimentos fossem mais vastos. E sentiu-se immediatamente a necessidade de fundar escolas onde o caixeiro pudesse adquirir todos os conhecimentos praticos de escripturação, já indispensáveis aos individuos que se destinassem a esse ramo de actividade (...).

Face a estas prementes necessidades de reconversão Raúl Dória tece duras críticas ao espírito «geralmente estreito do capitalismo português» que inibe qualquer tentativa de definir com clareza os «fins, os intuitos, a segurança» das empresas – «já em plena florescencia» – como ainda à «inanidade» das escolas existentes [escolas elementares de comercio, Institutos, ...] «pois, funcionando umas e outras ha muitos anos, a classe comercial portuguesa é ainda apontada como a mais ignorada dentre as profissões liberais do país. Precisamos frisa-lo bem pois é justamente na deficiência das escolas officiais que vamos encontrar a razão de ser das escolas comerciais de ensino livre e a causa do seu rapido desenvolvimento (...).

A função de renovadoras das futuras gerações de negociantes passou das escolas officiais para as particulares, que aliás souberam honrar-se na forma como se integraram na delicadissima missão que natural e logicamente viram colocada sob sua responsabilidade».

Torna-se, assim, sintomático que a Escola criada fosse o reverso daquelas que existiam (mesmo particulares): um conjunto de princípios coerentes teriam que dar corpo à alternativa, e o eixo cardinal é a vertente *prática* que indelivelmente marcaria o trajecto dos seus alunos – aspecto este bastante enfatizado pela imprensa coeva¹² e reforçado (em termos de difusão da diferença da Escola) em todo o tipo de propaganda (escrita e gráfica) que a própria Escola produzia; a título de exemplo refira-se: «Para o ensino da escripturação comercial foi montado um escritório com todo o rigor das verdadeiras casas comerciais e dotado com todo o material indispensavel, como escrivaninhas apropriadas, prensas, maquinas de escrever, etc. o que muito auxiliou e acreditou o ensino da escripturação na Escola Pratica Comercial»¹³.

Esta vertente prática só ganha sentido quando inserida numa estrutura curricular perfeitamente em correspondência com as mutações (mais ou menos rápidas) das qualificações profissionais – e denominações: «Efectivamente não se limitou o Guarda-Livros à questão doutrinaria e do ensino, mas alargando a sua parte propriamente pedagogica e didactica tomou uma feição mais científica e de propaganda comercial e de ensino comercial, entrando ainda no próprio campo do combate em prol do ensino comercial (...)

Desde cedo a Escola foi sendo bem aceite revelando-se a procura dos cursos bastante superior às expectativas dos promotores o que obrigou a constantes mudanças de edificio desde o exiguo quarto da Rua Santa Catarina (em 1900) até à imponente mansão da Rua Gonçalo Cristóvão (em 1907), passando pelos edificios da Rua Santo Ildefonso (em 1901), Rua de Bonjardim (em 1902) e Rua Fernandes Tomás (em 1903); ao intensificar a publicidade da Escola – em especial

no Brasil, nas Ilhas e nas Colónias – , mas fundamentalmente nos investimentos em material didáctico e pedagógico e na constante atenção ao quotidiano que se deveria reflectir nos currículos e nas estratégias de aprendizagem – segundo o lema constantemente reiterado: deve «cada aluno convencer-se de, na realidade, ser o gerente da sua casa comercial» e subordinado aos métodos de ensino em que teoria e prática caminham em paralelo porque são «os mais naturais e consentaneos com o desenvolvimento da actualidade»¹⁵.

Mas (e de forma lapidar e consequente) a grande fonte de sucesso foi o tempo académico ser o suficientemente necessário (e relativamente curto) para que a inculcação de uma cultura geral, científica e técnica permitisse que os saberes processuais e proposicionais operassem – nos mercados de trabalho – em sintonia e com inegáveis vantagens: «outros, que não nós, e sobretudo o comércio e a indústria d’ esta cidade [Porto], poderão dizer o que de justiça julgarem, pelo modo como os seus antigos alunos, hoje todos collocados em numerosas casas comerciais, empresas industriais, bancos, companhias (de seguros), etc, se terem desempenhado dos cargos que lhes confiaram, dos que actualmente desempenham alguns de elevada responsabilidade, em desharmonia com o seu pouco tempo de serviço e até com a sua idade»¹⁶.

Incontornavelmente estas dimensões estão associadas, não só na forma atenta como Raúl Dória acompanhava o devir, e a decadência, das racionalidades dos campos onde a Escola se inseria (Cf. Anexo I) – e que de forma pragmática incorporou na dinâmica e inovação educacionais – mas ainda nos modos como traduziu os debates, os interesses e a evolução da contabilidade, que se reflectiram em dois vectores: um primeiro que enfatizou a relação instrumental e teve como objectivo a divulgação, da essência das constantes transformações do pensamento, para diversificados sectores.

Aqui (e fazendo uma brevíssima referência à produção bibliográfica de Raúl Dória) dos vinte e três livros escritos, vinte e dois são especificamente de contabilidade – sublinhando-se a vertente *prática* (na grande maioria), o carácter didáctico e a chancela da Escola. Dirigiui, também, duas revistas: *O Guarda-Livros* (1908-1914) e a *Revista de Contabilidade* (1916-1917). Um dos livros, *Exercícios caligráficos* (1910), foi adoptado para o Ensino Primário – Diário do Governo de 22 de Novembro de 1910.

O segundo vector consistiu na sistematização do conjunto de pressupostos que se confrontavam no pensamento contabilístico – enquanto linguagem ritualizada da lógica jurídica e da lógica económica – com o fim de reforçar o seu carácter científico (que na vertente pedagógica deveria assumir uma dimensão fundamentalmente prática: um exemplo pode ser retirado de uma obra, escrita em parceria com Humberto Beça, e que sendo, aparentemente, marginal – *Arithmética prática*¹⁷ – a questão do comércio figura explicitamente como o único problema no capítulo sobre a «Divisibilidade» e nos 46 problemas propostos no capítulo sobre «Quebrados» 9 referem-se ao comércio.

Um outro exemplo é retido do conjunto de traduções – *Verbetes e folhas móveis*¹⁸ – que configuram aquilo que Raúl Dória designa por «O Meu Método» – organização de um escritório (E. Le Gougne); os verbetes e o seu emprego no escritório (Henry Cottureau); a numeração dos artigos de catálogo e a localização das mercadorias em armazém (Germain Paturel), métodos modernos em contabilidade (Léon Batardou); correspondência (D’Arives); how-System (M. A. Dixon), e escrituração dos livros em folhas móveis (sem indicação do Autor) – e que teve por finalidade: «Desejando, tanto quanto possível, acompanhar o progresso no sistema dos trabalhos de escritório, resolvi, em virtude da falta

de tratados próprios, traduzir alguns artigos sobre este assunto, para auxiliar as explicações que teórica e praticamente dou nas minhas aulas de comércio (...). A organização dos escritórios americanos, invenção francesa mas aproveitada pelos norte-americanos, devido às necessidades do arquivo e às exigências da divisão do trabalho, é hoje pouco conhecida em Portugal e por isso mais um motivo para a sua divulgação, pelas grandes vantagens que traz à vida dos escritórios, aos métodos de trabalho, etc.»).

É neste aspecto que se insere o *Diccionario Prático de Comércio*¹⁹. Obra de síntese de todo o labor desenvolvido por Raúl Dória²⁰ mas, também, reflexo da sua prática pedagógica, e, fundamentalmente, obra de confirmação da luta desenvolvida para a afirmação do “quadro comercial” (na ambivalência que por vezes atravessa a reflexão entre dignificar o pequeno comércio e preparar quadros para o sistema oficional), nas dimensões da ética, das competências e da reflexividade.

Assim, o *Diccionario* é o corolário de um percurso marcado pela prática pedagógica mas também teoricamente informado²¹.

Mas vejamos, para finalizar, como se estrutura a matriz²².

Relativamente à dimensão *ética* ela é associada à idoneidade e à urbanidade – «É uma qualidade que hoje está, infelizmente, a desaparecer de modo assustador na vida febril dos nossos tempos» (p. 155) – , condenando-se a fraude, o roubo ou a falsificação – «tudo o que diz respeito a fraudes cometidas quer pelos gerentes ou administradores de empresas, quer por guarda-livros, caixas ou outros, resulta imediatamente de baixo nível moral do homem...» (p. 569). A *capacidade comercial* é algo que ultrapassa os normativos para se inserir estruturalmente na condição antropológica do ser humano, por definição: perfeito.

A dimensão *reflexiva* tende fundamentalmente a enfatizar as virtualidades do progresso e a positividade da contabilidade. Quanto ao primeiro aspecto a entrada *Comércio* (pp. 178 e segs.) fornece a chave ao referir a «correção» que os «tratantes» foram tendo e a necessidade de ir «transformando» (de acordo com o *mercado*) os «vendedores ambulantes», mas detecta-se, ainda, a emergência de novas figuras profissionais (p. 187). Quanto ao segundo aspecto a entrada *Contabilidade* (pp. 241 e segs.) refere as rupturas com a Aritmética e o período empírico, associando-se a contabilidade à Matemática e considerando-a uma ciência abstracta (na esteira de A. Comte)²³.

Neste sentido o *Contabilista* é quem «conhece as leis da ciência acompanha e estuda a evolução desta [ciência da contabilidade] e, em muitos casos, lhe abre novos horizontes e novas perspectivas» (p. 406).

Por isso tem que ter em conta os *Axiomas* – «Toda a ciência tem os seus axiomas, proposições de evidência imediata, que, portanto, não carece de demonstração. Não podia a contabilidade deixar de ter os seus, embora a sua verdade nem sempre seja devidamente compreendida por alguns técnicos de contas, por vezes de cultura rudimentar, quando não inexistente» (p. 112) –, a *Nomologismografia* – «conjunto de leis que regem a contabilidade» (p. 746), ultrapassando a rotina, o costume, o automatismo que levaram a considerar a «contabilidade como uma simples arte de alinhar números» – e a revolução que se opera em torno da definição de Conta (p. 217) e nas consequentes implicações que provoca: *Montagem de escritas* – «É vulgar, entre os pequenos comerciantes e os pequenos industriais levados por um mal compreendido espírito de economia, entregar-se a montagem duma escrita ao primeiro guarda-livros que se prontifique a fazer o serviço em conta (!), sem quaisquer preocupações de competência profissional e de conhecimentos do ramo de comércio ou de indústria...» (p. 740) –,

Contabilidade Mecanizada, Planificação contabilística, Orçamento e Organigrama – «... com o fim de corrigir os erros do empirismo organizador, tão próprio dos povos meridionais, particularmente dos Portugueses» (p. 775)²⁴.

Estes pontos cruzam-se com a dimensão *profissional* (socialização e competências).

Na entrada *Contabilidade doméstica* são tecidas duras críticas ao carácter perdulário do povo português (p. 323) e diz-se que a mesma se aplica às profissões liberais e às mulheres; ultrapassando-se o «navegar» entre a Receita e a Despesa entra-se no mundo da *Empresa* – «Uma empresa, jamais o deviam esquecer os empresários, é uma coordenação de esforços e de inteligências. O empresário precisa de ter um pensamento definido, preciso, concreto, exacto da sua missão e dos seus objectivos.

Mas, precisa, por outro lado, de compreender que por si só nada, absolutamente nada poderá fazer sem a colaboração, o auxílio, muitas vezes até o conselho daqueles que com ele trabalham, que necessitam tantas vezes de estímulo para que o seu rendimento e dos serviços a seu cargo sejam compensadores» (p. 483)²⁵ – e na complexidade da *Contabilidade industrial* – «Considere-se que, dum modo genérico, a contabilidade comercial contenta-se com a diferença de custo entre a compra e a venda, podendo normalmente verificar-se se um produto dá *lucro* [ver entrada respectiva, p. 698] ou prejuízo, pelo simples cotejo entre o preço do custo e o preço da venda, e sabendo-se que as despesas da administração são em média 1%, rapidamente se pode determinar se o preço de venda cobre essas despesas e deixa margem para lucro compensador (...). Ora o fulcro de toda a contabilidade industrial, o eixo sobre que ela gira ou deve girar é exactamente a fabricação para, acompanhando rigorosamente as fases sucessivas de transformação dos produtos, determinar com igual rigor o seu preço de custo» (p. 324) – ou seja nas dimensões emergentes de uma nova organização do mundo do trabalho: *o one best way de Taylor* – isto é, a organização científica do trabalho (p. 776), onde apesar de tudo²⁶ «se o lucro é o grande estímulo da vida comercial, industrial, agrícola, financeira, etc., não deve ser o escopo único do empresário. É legítimo o lucro, porque ele é o *prémio do trabalho*. Mas só é legítimo enquanto constituir, de facto, um prémio. Ultrapassados esses limites, o lucro é condenável e então é já extorsão como classificaram Proudhon e Karl Marx» (p. 705).

À diversidade de entender o mundo – lógicas territoriais de organização mas também de cognição – era vital apologizar o novo e socializar para a modernidade, e neste aspecto a Escola terá cumprido – pelo menos numa primeira fase – o grande objectivo de Raúl Dória: «Aqui trata-se de formar caracteres, de transformar rapazes em homens com habilitações seguras para entrarem na luta da vida e ganharem honradamente o pão para si e para as suas famílias».

NOTAS

1. ADP – EPCRD/Dir./003/PT 0003.
2. *Idem* – EPCRD/Liv./B/046/Mç. 0125.
3. *O Guarda-Livros*, n.º 5, 1.º Anno – 20 de Setembro de 1908, p. 67.
4. *Idem*, n.º 1, 1.º Anno – 10 de Agosto de 1908, pp. 2-3.
5. ADP – EPCRD/Liv./B/046/Mç. 0126.

6. H.B., «Ensino commercial». *O Guarda-Livros*, n.º 9, 1.º Anno – 30 de Outubro de 1908, p. 129. O autor tece uma dura crítica ao egoísmo (ausência de qualquer tipo de cultura), característico dos modos tradicionais da prática comercial (p. 130).
7. É visível a necessidade de reconversão da burguesia de negócios face às novas realidades, quer se situassem no plano comercial (estrutura bancária,...), quer resultassem da taylorização da indústria e neste contexto a emergência do quadro comercial também tem como pano de fundo a afirmação patriótica da nação perante a crescente mundialização da economia. Henri Le More situa o movimento de identidade profissional – ao nível da França – entre 1881 e 1914 como, também, responsável pelo nascimento de uma fracção da burguesia – que se opôs à burguesia tradicional (cada vez mais arredada do poder político e económico) – que se legitimou no novo poder económico (mas, também, político) pela aquisição de um saber «verificado e verificável» (ver «L'invention du Cadre Commercial: 1881-1914», *Sociologie du Travail*, 4 (1982), pp. 443-450).
8. FREIRE, João – *Variações sobre o trabalho* – Porto – Afrontamento, 1997, pp. 50 e segs.
9. Ver LIMA, Adolfo – *Orientação geral da educação. Educação geral e especial: educação técnica* – Lisboa – Sociedade de Estudos Pedagógicos, 1916.
10. Num roteiro, elaborado por Álvaro Viana de Lemos, nos anos vinte, das *Escolas novas* das treze identificadas como instituições modelo uma delas é precisamente a Escola Prático Comercial Raúl Dória (ver CANDEIAS, António – *et al.* – *Sobre a Educação Nova. Carta de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos* – Lisboa – Educa, 1995, p. 35).
11. EPCRD – *Breve notícia histórica* – Porto – EPCRD, 1912, p. 36 e pp. 10-11. A crítica ao capitalismo nacional foi desenvolvida em EPCRD – *Escola Raúl Dória* – Porto – EPCRD, 1910, pp. 28-31.
12. ERD – *Apreciações da imprensa. De 1901 a 1911* – Porto – EPCRD, 1912.
13. EPCRD – *Breve notícia...*, *op. cit.*, pp. 18 e 44; ver também *O Guarda-Livros*, n.º 7, 1.º Anno, 10 de Outubro de 1908: H.N. «Escolas práticas», pp. 97-98.
14. *Idem, ibidem*, p. 67.

No que se refere à montagem de um currículo para as novas necessidades, poder-se-ão seguir as reflexões de Raúl Dória: a reformulação do Curso de Empregados de Escritório é justificada como sendo mais completa e «em harmonia com as necessidades desta classe de empregados de comércio».

Quando é implementado o Curso de Caixeiros Viajantes, o argumento central é o seguinte: «Este curso inteiramente novo no nosso país, deve vir prestar grandes serviços ao seu comércio, pois a propaganda dos nossos produtos, é a base do nosso futuro alargamento comercial e a arma de que o negociante tem que lançar mão para poder competir com a exportação francesa, inglesa, alemã, holandesa, etc. que por intermédio dos seus comercios e bagageiros invade todos os mercados do mundo». Estes dois cursos arrancaram no ano lectivo de 1910-1911 (*Idem*, p. 70). No ano lectivo de 1916-1917 é criado o Curso Colonial: «Criados vários cursos – alguns com uma frequência bastante elevada – resolveu a Direcção desta Escola organizar mais um ficando satisfeitas, assim, as aspirações de muitas famílias que desejam mandar os seus filhos para as colónias depois de devidamente instruídos» (EPCRD – *Anuário da Escola Raúl Dória. Ano escolar 1916-1917* – Porto – EPCRD, 1917, p. 4).

Em 1910-1911 a Escola tinha 234 alunos matriculados e em 1914-1915 tinha 317, dos quais 117 eram internos.

15. EPCRD – *Escola...*, *op. cit.*, p. 36.
16. EPCRD – *Anuário ano lectivo 1907-1908* – Porto – EPCRD, 1908, p. 5.
17. DÓRIA, Raúl e BEÇA, Humberto – *Aritmética prática* – Porto – EPCRD, 1910.
18. DÓRIA, Raúl – *Verbetes e folhas móveis* (traduções) – Porto – Tip. da Escola Raúl Dória, 1916.
19. Por impossibilidade de consultar a edição original, as nossas apreciações estruturaram-se com base na edição de 1955: DÓRIA, Raúl – *Diccionario práctico de comércio* – 2.ª edição revista por DÓRIA, António Álvaro – Braga – Livraria Cruz, 1955 (1.ª edição, 1917).

Esta edição tem 970 páginas e cerca de 900 entradas. Relativamente à edição de 1917 Álvaro Dória acrescentou entradas (resultantes das mudanças ocorridas nos dispositivos jurídicos) e completou as primitivas ora acrescentando informação, nomeadamente normativa e administrativa, ora introduzindo as conclusões das investigações e debates que sucederam, após 1914, no campo da contabilidade.

Estamos convictos que a 2.ª edição não desvia a intenção de Raúl Dória, pelo contrário fornece elementos que permitem compreender a evolução das estruturas empresariais e o grau de penetração das normas reguladoras do mercado e esclarece (por comparação, já que as entradas se mantiveram) em que dimensões se foram clarificando os domínios de intervenção do pensamento económico, e quais as áreas mais sensíveis à tendencial intervenção do Estado, para além do ponto nevrálgico que é a definição da *prática* do contabilista.

Por estas razões, pensamos (que apesar da limitação de não ter compulsado a 1.ª edição), que o *Diccionario* que usámos é fidedigno, quer do pensamento, quer da incisiva determinação de Raúl Dória na afirmação da identidade do «quadro profissional».

20. DÓRIA, A. Álvaro – *O prof. Raúl Dória e a sua Escola* – Porto – Revista de Contabilidade (separata), 1968.
21. São inúmeras as referências a autores que marcam o pensamento português e internacional: Oliveira Martins, Alexandre Herculano, Gama Barros, Rodrigues de Freitas, Marnoco de Sousa, Almeida e Albuquerque, Ricardo de Sá, Raúl Tamagnini e Raúl Caldevilla, entre muitos outros, mas ainda Edmond Degranges, Jacques Boyer, Adam Smith, Luís Couventz, Karl Marx, Proudhon, Dumarchey, Cerboni, etc.
Uma óptima introdução aos debates e controvérsias pode ser encontrada nas Actas do Colóquio *Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos*, organizados por António Almodôvar, Jorge Fernandes Alves e Maria do Pilar Garcia e editadas pelo Centro Leonardo Coimbra – Faculdade de Letras da UP – Porto, 1997.
22. As páginas citadas no texto referem-se ao *Diccionário*. As palavras em itálico são entradas.
23. Ver na parte final da entrada *Contabilidade* as diferentes escolas logismológicas, os métodos usados em contabilidade (observação e descrição, classificação, indução e dedução, análise e síntese), os meios e os sistemas de contabilidade (p. 282).
Ao longo da entrada defende-se a ideia de incluir a contabilidade na Sociologia (ou nas Ciências Sociais) já que lida com factos sociais.
24. Cf. *Estatmografia, Logismografia, Integral* (sistema), *Centralizador* (sistema), *Unigrafia, Dígrafia, Linha recta, Lefèvre de Châteaudun* (sistema de).
25. Cf. o perfil do empresário (p. 483); retenha-se a advertência: «Considerc-se agora que há na empresa outros empregados como os de escritório – Chefe de Contabilidade, Guarda-Livros, ajudantes, escriturários, paquetes – (...)» (p. 508) – Cf. DÓRIA, Raúl – *Noções gerais de comércio* – Porto – Livraria da Escola Raúl Dória - Editora, 1929, 7.ª edição revista e aumentada, Capitulo I: Tecnologia comercial).
Ver – Indústria, Matéria-prima e Património.
26. *Ver – Salário, Preço, Oferta e Procura, Moeda e Valor.*

ANEXO I

